

O Campo Religioso para Pierre Bourdieu: A Sistemática do Poder e Burocracia

The Religious Field according to Pierre Bourdieu: The Systematics of Power and Bureaucracy

Clóvis Ecco
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Brasil

Laura Beatriz Alves de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Brasil

Resumo

Este artigo analisa a relação entre religião, poder e burocracia a partir da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. O tema central abordado é como a religião, vista como um fenômeno social, é moldada por dinâmicas de poder e burocracia que favorecem a manutenção das desigualdades sociais. O objetivo desse estudo é investigar como as instituições religiosas, especialmente a Igreja, utilizam burocracias para consolidar seu domínio e perpetuar a exploração de grupos subordinados, enquanto suprimem discursos alternativos representados pelos Profetas e suas seitas. Utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica que se baseia em teorias sociológicas clássicas e contemporâneas sobre religião, poder e burocracia, com ênfase nas contribuições de Bourdieu. O artigo revisa e compara teorias de autores como Max Weber, Karl Marx e outros estudiosos para entender como a burocracia religiosa sustenta o poder institucional e a ordem social existente. Os passos seguidos no estudo incluem uma análise das dinâmicas de poder dentro do campo religioso, uma investigação sobre o papel das burocracias na Igreja, e uma discussão sobre as implicações sociais e políticas da religião na manutenção da desigualdade. A conclusão sugere que as burocracias religiosas desempenham um papel crucial na legitimação do poder da Igreja, ao mesmo tempo que reconhece a emergência de teologias progressistas e pluralistas como potenciais formas de resistência e contestação a essas estruturas de poder estabelecidas.

Palavras-chave

Campo Religioso.
Sistema
Simbólico.
Poder.
Burocracia.
Pierre Bourdieu.

Abstract

This article analyzes the relationship between religion, power, and bureaucracy from the sociological perspective of Pierre Bourdieu. The central theme addressed is how religion, viewed as a social phenomenon, is shaped by power dynamics and bureaucracy that favor the maintenance of social inequalities. The aim of this study is to investigate how religious institutions, especially the Church, use bureaucracies to consolidate their dominance and perpetuate the exploitation of subordinate groups, while suppressing alternative discourses represented by prophets and their sects. A bibliographic review methodology was used, based on both classical and contemporary sociological theories on religion, power, and bureaucracy, with an emphasis on Bourdieu's contributions. The article reviews and compares theories from authors such as Max Weber, Karl Marx, and other scholars to understand how religious bureaucracy sustains institutional power and the existing social order. The steps followed in the study include an analysis of power dynamics within the religious field, an investigation of the role of bureaucracies in the Church, and a discussion of the social and political implications of religion in maintaining inequality. The conclusion suggests that religious bureaucracies play a crucial role in legitimizing the power of the Church, while also recognizing the emergence of progressive and pluralist theologies as potential forms of resistance and challenge to these established power structures.

Keywords

Religious Field.
Symbolic System.
Power.
Bureaucracy.
Pierre Bourdieu.

Introdução

Pierre Bourdieu (2011) discute a relação entre religião e condição social dos grupos, destacando que as atividades religiosas são estruturadas por dinâmicas de poder e burocracia que reproduzem relações de opressão e dominação. Propõe, assim, uma abordagem sociológica que compreende a religião como um fenômeno social fundamental na configuração da sociedade, indo além das explicações teológicas.

Bourdieu (2011) sugere que a religião funciona como uma forma de comunicação que busca ser compreendida pelos diferentes grupos sociais. Suas explicações de mundo precisam ser aceitas por estes grupos para garantir sua própria existência. Assim, as explicações religiosas em sua maioria servem aos interesses dos grupos dominantes, legitimando suas posições de poder e mantendo a ordem social existente.

Desta forma, os discursos religiosos são apresentados como naturalizados, de modo a parecerem divinamente ordenados, reforçando a ideia de que a ordem social é inquestionável e transcendente. Isso confere à religião um poder simbólico significativo, transformando-a em uma força política relevante na sociedade. Bourdieu (2011) argumenta que a religião desempenha um papel crucial na reprodução das estruturas sociais, favorecendo os interesses dos grupos dominantes e perpetuando a opressão dos grupos oprimidos¹. Essa dinâmica evidencia a estreita relação entre religião e poder, destacando como a religião contribui para a manutenção de uma configuração social que discrimina grupos por meio do trabalho e de processos históricos de desigualdade.

O autor introduz a ideia de que o campo religioso é palco de uma disputa pelo monopólio do poder religioso legítimo entre dois principais atores: a Igreja e os Profetas com suas seitas. A Igreja, representada pelos sacerdotes, busca monopolizar o campo religioso e manter a ordem estabelecida, enquanto os Profetas emergem em condições sociais específicas trazendo discursos contestadores.

Bourdieu (2011) sugere que entender a dinâmica das instituições burocráticas religiosas é essencial para compreender como a Igreja mantém sua posição dominante no campo religioso e perpetua a exploração dos grupos dominados. A análise do autor se baseia na teoria de Weber (1999) sobre a burocracia, destacando como suas características contribuem para a eficácia e legitimidade do trabalho da Igreja, permitindo-lhe alcançar seus objetivos em uma sociedade estruturada por dinâmicas de poder e relações que produzem e reproduzem opressão e dominação.

O artigo explora a análise sociológica de Pierre Bourdieu (2011) sobre a religião, abordando-a como um fenômeno social moldado por dinâmicas de poder, opressão e burocracia, em vez de uma mera expressão de fé. O estudo

¹ Marx e Engels (2005) abordaram detalhadamente a exploração entre os seres humanos, destacando que a história da humanidade é amplamente marcada pela exploração da força de trabalho de uma classe por outra. Mesmo na sociedade pós-revolução industrial, esta dinâmica persiste, contribuindo para aspectos discriminatórios que resultam em violações históricas dos direitos humanos contra grupos marginalizados. Esta realidade para os autores, não é exclusiva da modernidade ficando evidente que o paradigma da sociedade contemporânea está longe de promover a alteridade e a autonomia, já que seu objetivo em sua maioria contradiz a premissa fundamental da dignidade humana.

examina a relação entre religião e estruturas de poder, investigando como a religião serve aos interesses dos grupos dominantes ao legitimar suas posições e manter a ordem social existente. O objetivo central é discutir o papel da burocracia religiosa, especialmente dentro da Igreja, e como essa burocratização contribui para a manutenção do domínio e do poder político da Igreja, ao permitir que certas práticas e normas sejam institucionalizadas.

Além disso, busca-se comparar a disputa pelo monopólio do poder religioso entre a Igreja, representada pelos sacerdotes, e os Profetas, que trazem discursos contestadores, analisando as condições sociais que favorecem o surgimento de cada um e suas estratégias para adquirir e manter poder e legitimidade. Este estudo também visa refletir sobre as implicações sociais e políticas da religião, discutindo como as instituições religiosas e suas burocracias exercem controle e poder, influenciam as relações sociais, e perpetuam desigualdades, ao mesmo tempo que considera a possibilidade de teologias progressistas e pluralistas como formas de resistência contra uma estruturação social desigual.

A problemática centra-se em entender como a religião, dentro da análise sociológica de Bourdieu (2011), funciona como um campo de disputa pelo poder simbólico e material, influenciando a manutenção de desigualdades sociais e a opressão de grupos dominados. O artigo explora como as dinâmicas de poder e as estruturas burocráticas no campo religioso legitimam e perpetuam as posições de poder dos grupos dominantes na sociedade, apresentando a ordem social existente como divinamente ordenada e inquestionável. Aqui é problematizado o papel das burocracias religiosas na manutenção do controle social, analisando como a institucionalização de práticas e discursos religiosos fortalece o monopólio do poder simbólico da Igreja e suprime discursos alternativos, como os dos Profetas e suas seitas.

A luta pelo monopólio do poder religioso entre a Igreja e os Profetas é apresentada como uma reflexão sobre como a Igreja, com seu aparato burocrático, busca manter seu domínio, enquanto os Profetas tentam romper esse monopólio com novas interpretações e práticas religiosas. Além disso, são analisadas as implicações sociais e políticas dessa configuração do campo

religioso, questionando de que forma uma religião burocratizada pode legitimar a opressão e a desigualdade e como essa estrutura pode ser desafiada por teologias progressistas e pluralistas que promovem a igualdade e a justiça social. Com base em Bourdieu (2011), busca-se compreender como a religião, estruturada por dinâmicas de poder e burocracias, contribui para a manutenção das desigualdades sociais e identificar os mecanismos pelos quais essas estruturas podem ser questionadas ou subvertidas.

A hipótese trabalhada é que a religião, na perspectiva sociológica de Bourdieu (2011), opera como um campo de poder simbólico influenciado por estruturas burocráticas, que legitimam a dominação social e perpetuam desigualdades. Essas estruturas burocráticas, presentes principalmente nas instituições religiosas como a Igreja, são utilizadas para perpetuar o domínio social e político dos grupos dominantes, legitimando a opressão e a desigualdade social. Este estudo sugere que, ao entender o campo religioso como um espaço de disputa pelo monopólio do poder simbólico entre diferentes agentes, como a Igreja e os Profetas, pode-se revelar como a burocratização da religião serve para manter e reforçar as hierarquias sociais existentes. As burocracias religiosas desempenham um papel crucial na manutenção do *status quo* social e político, e que qualquer desafio a essa estrutura, como o representado pelas teologias progressistas e pluralistas, enfrenta barreiras significativas devido à institucionalização da religião.

A metodologia aplicada é baseada em uma revisão bibliográfica de obras e teorias sociológicas que tratam da relação entre religião, poder e burocracia, com foco especial nas contribuições de Pierre Bourdieu (2011) em seu capítulo “*Gênese e Estrutura do Campo Religioso*”, de sua obra intitulada “*A Economia das Trocas Simbólicas*”. O artigo utiliza uma abordagem teórica para analisar o conceito de “campo religioso” proposto por Bourdieu (2011) e como este campo é estruturado e mantido por dinâmicas de poder e burocracias institucionais, como as da Igreja.

Para fundamentar a análise, se revisa e compara teorias clássicas e contemporâneas sobre religião e sociedade, como as de Max Weber (1999), Karl Marx e Friedrich Engels (2005), além das ideias de outros estudiosos como Faria e Meneghetti (2011), Freund (2003), Oliveira (2011), e Woodward

(2007). A metodologia consiste em examinar criticamente essas obras para entender como a burocracia religiosa e as lutas simbólicas no campo religioso contribuem para a manutenção de estruturas de poder e desigualdade social.

Por meio de Bourdieu (2011), destaca-se a relevância de entender a religião como um campo social estruturado por dinâmicas de poder e burocracias, superando a visão limitada de crença e fé. O artigo se propõe a explicar como a abordagem sociológica do autor fornece uma perspectiva crítica sobre o papel da religião na manutenção das desigualdades sociais e na perpetuação do poder dos grupos dominantes.

A justificativa para este artigo é fundamentada na relevância de examinar as instituições religiosas, como a Igreja, por meio da lente da sociologia, para entender como essas instituições utilizam burocracias e sistemas simbólicos para legitimar a opressão e manter o monopólio do poder simbólico. Ao estudar as burocracias religiosas e as lutas pelo poder dentro do campo religioso, pretende-se revelar os mecanismos pelos quais as religiões contribuem para a reprodução das estruturas sociais existentes e como essas dinâmicas podem ser contestadas ou transformadas.

A partir da obra de Bourdieu (2011), compreende-se que é crucial considerar o papel das teologias progressistas e pluralistas como alternativas que questionam a ordem estabelecida e propõem novas formas de entender e praticar a religião, promovendo a justiça social e a igualdade. Assim, destaca-se a importância de uma análise crítica do campo religioso para compreender suas implicações sociais e políticas, além de propor caminhos de resistência às estruturas de poder dominantes.

Campo e discurso religioso

A contribuição de Bourdieu (2011) nos leva a refletir sobre as origens e a estrutura do campo religioso e seu sistema simbólico, integrando clássicos da sociologia sobre religião e destacando sua própria perspectiva por meio dessa comparação teórica. O autor propõe uma abordagem sociológica para interpretar a religião, ultrapassando as explicações transcendentalistas ou teológicas. Para Bourdieu, a religião funciona como uma linguagem ou forma de comunicação que busca adaptar sua mensagem às condições e à

compreensão dos grupos específicos a que se dirige. Isso ocorre porque as religiões não pretendem oferecer explicações universais, mas sim transmitir mensagens que possam ser amplamente aceitas por diferentes contextos sociais.

Conforme Bourdieu (2011), o campo religioso é mais do que um simples espaço de prática religiosa; é um cenário de lutas simbólicas e estratégias de poder entre diferentes agentes e instituições religiosas. No centro do domínio religioso estão dois tipos principais de agentes: a Igreja, representada por líderes e instituições religiosas estabelecidas, e os profetas e suas seitas, que desafiam a autoridade religiosa e as interpretações dominantes. A Igreja busca preservar seu monopólio sobre a legitimidade religiosa, controlando a produção e distribuição de objetos simbólicos religiosos, enquanto os Profetas procuram conquistar seguidores para suas visões e interpretações alternativas. Essa dinâmica é caracterizada por intensas disputas simbólicas, nas quais o reconhecimento e a legitimidade têm tanta importância quanto os recursos materiais. A competição entre agentes religiosos envolve não apenas a conquista de fiéis, mas também a definição da “verdade” dentro do sistema religioso.

Neste contexto Bourdieu (2011), introduziu o conceito de capital religioso, que é a acumulação de prestígio, autoridade e influência no campo religioso. A procura de capital religioso é uma das principais estratégias utilizadas pelos agentes religiosos para fortalecer o seu estatuto e legitimidade. Tornando-se líderes reconhecidos e respeitados dentro das suas comunidades religiosas. Para o autor, portanto, o campo religioso é um espaço complexo no qual as relações de poder, as lutas simbólicas e a busca do capital religioso moldam as práticas, crenças e estruturas das instituições religiosas, proporcionando um contexto profundamente social para a sua dinâmica interna e sua interação com a sociedade em geral.

Para o sociólogo, a religião deve ser analisada a partir de seus sistemas simbólicos, conceito que Bourdieu (2011) utiliza para se referir a um conjunto de símbolos, significados e práticas culturais compartilhadas pelos membros de uma determinada sociedade ou grupo social. Esses sistemas simbólicos

desempenham um papel essencial na construção e reprodução das estruturas sociais, influenciando a forma como as pessoas percebem o mundo, se relacionam entre si e atribuem significado às suas experiências. Para Bourdieu (2011), os sistemas semióticos englobam não apenas símbolos verbais, como palavras e linguagem, mas também não-verbais, como gestos, rituais, objetos e práticas culturais. Esses símbolos atuam como veículos de significado e comunicação, contribuindo para moldar identidades, normas sociais e hierarquias dentro da sociedade.

Além disso, Bourdieu (2011) enfatiza que os sistemas simbólicos não são neutros; eles refletem e reproduzem as relações de poder e as desigualdades que existem na sociedade. Por exemplo, alguns símbolos e práticas culturais podem ser valorizados e legitimados como “elevados” ou “avançados”, enquanto outros símbolos e práticas culturais são desvalorizados ou estigmatizados como “inferiores” ou “primitivos”, promovendo assim a reprodução de hierarquias sociais.

Os sistemas semióticos também estão relacionados ao conceito de capital simbólico de Bourdieu, que se refere à acumulação de prestígio, reconhecimento e legitimidade associados a certos símbolos, práticas culturais ou formas de conhecimento. O capital simbólico é uma forma de poder que afeta o status social e as habilidades de indivíduos ou grupos, influenciando e moldando ideias e práticas na sociedade.

Para Bourdieu (2011), uma das abordagens teóricas na sociologia da religião considera a religião como uma forma de linguagem complexa. Nesta perspectiva, a religião não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta para adquirir e organizar conhecimento. É vista como uma linguagem estruturada, capaz de análise estrutural, que não apenas reflete as estruturas sociais e culturais, mas também as influencia ativamente. Quando interpretada como um sistema simbólico estruturado, a religião desempenha um papel duplo: transmite significados e constrói consensos sobre os valores e visões de mundo que esses significados representam. Essa abordagem destaca a relevância da religião como um sistema simbólico complexo, com impacto direto nas dinâmicas sociais e culturais da sociedade.

Desta forma, para Bourdieu (2011), a religião tenta construir uma interpretação do mundo que seja amplamente aceita como condição indispensável para sua própria existência. Estas explicações devem abordar as preocupações de todos os grupos e ter em conta as suas diferentes condições materiais e sociais. Seria inapropriado oferecer uma explicação teológica que apontasse para a impossibilidade de transformação para aqueles que se encontram em situações caóticas, ou que condenasse diretamente o estatuto opressivo do grupo dominante. As interpretações religiosas precisam, portanto, estar alinhadas aos interesses do grupo dominante para que permaneçam no poder, ao mesmo tempo que informam o grupo dominante sobre a situação que lhes é imposta. Isto permite que as religiões construam alianças com aqueles que estão no poder, o que é crucial para o seu domínio na esfera religiosa, especialmente em disputas com outras seitas e discursos religiosos.

As explicações religiosas frequentemente operam de forma a prejudicar os oprimidos e beneficiar os opressores. Bourdieu (2011) aborda o papel da religião na distinção entre diferentes classes sociais e na legitimação das desigualdades entre elas, afirmando que “as divisões efetuadas pela ideologia religiosa vêm recobrir (no duplo sentido do termo) as divisões sociais em grupos ou classes concorrentes ou antagônicas” (Bourdieu, 2011, p. 30-31). Para o sociólogo, a ideologia religiosa atua predominantemente como um mecanismo de mascaramento ou ocultação das divisões sociais reais presentes na sociedade. Em outras palavras, a religião pode ser instrumentalizada para justificar ou dissimular desigualdades de poder, status e recursos entre grupos ou classes sociais.

Para Woodward (2007) “Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados” (Woodward, 2007, p.19). Para a autora as identidades são contestadas e as transformações nos sistemas simbólicos refletem e influenciam diretamente as experiências de divisões e desigualdades sociais, assim como os processos de exclusão e estigmatização de certos grupos. A dinâmica das identidades é constantemente contestada

nestes esquemas de sistemas simbólicos e são reconfiguradas à medida que novas posições e identidades emergem, especialmente em contextos de mudanças econômicas e sociais significativas. A religião desempenha um papel complexo na estruturação da sociedade, ao mesmo tempo que reflete e legitima as hierarquias sociais existentes. Podendo ser uma força de coesão social e de racionalização da desigualdade, dependendo do contexto e da forma como é utilizada pelos diferentes atores sociais.

Bourdieu (2011), Weber (1999) e Marx (2005) concordaram que a religião desempenha um papel na manutenção da ordem social, promovendo a legitimação do poder da elite dominante e a domesticação das classes dominadas. Na linguagem religiosa, a religião ajuda a legitimar o poder daqueles que estão no topo da hierarquia social e a “domesticar” ou controlar as massas subordinadas. Isto é, a religião não só fornece justificação moral para a autoridade dos governantes, mas também molda as ideias e o pensamento das pessoas, impondo sistemas de prática e representação que refletem a estrutura política de partilha de poder. Tais estruturas, embora objetivamente baseadas em questões políticas, são representadas como uma ordem natural ou sobrenatural integrada ao universo. A religião desempenha um papel importante na manutenção da ordem social, legitimando o poder das elites e influenciando as visões de mundo das pessoas, apresentando uma estrutura natural ou sagrada de divisões políticas.

Para Oliveira (2011), devemos considerar como os discursos religiosos parecem naturalmente provir da vontade divina, tornando-as interpretações completamente inquestionáveis aos olhos dos fiéis. Isto não só reforça o discurso religioso sobre as estruturas sociais, mas também confere credibilidade aos indivíduos (sejam grupos dominantes ou dominados) que defendem estas interpretações.

Segundo Oliveira (2011), a função da religião na existência humana dentro de um contexto social específico enfatiza que a religião não busca justificar a existência humana de forma abstrata, mas sim busca um modo de estar em situações determinadas pelas circunstâncias sociais. A simples coerência interna das práticas e pensamentos religiosos não é suficiente para

que a religião desempenhe sua função social. A potência/eficácia simbólica da religião reside na sua capacidade de doutrinar os membros da sociedade e moldar o seu comportamento. Portanto, a religião só pode ter eficácia social quando puder ser internalizada na consciência pessoal e tornar-se uma parte natural do comportamento das pessoas e transformada em hábitos. Para o autor, toda religião cumpre uma função política ao manter a ordem hierárquica que existe entre grupos, gêneros, classes ou raças. A religião não só reflete estas ordens sociais, mas também as reforça, integrando-se profundamente nas mentes dos indivíduos, influenciando os seus valores, crenças e comportamentos no mundo social em que vivem.

Monopólio e burocracia

Pierre Bourdieu (2011) destaca que a religião desempenha um papel crucial na proteção das estruturas sociais existentes, que historicamente mantiveram certos grupos em posições subordinadas por meio de exploração desigual e discriminação. O objetivo da religião é monopolizar esta esfera para garantir sua sobrevivência e expansão, o que frequentemente envolve o estabelecimento de alianças com grupos dominantes que detêm o poder na esfera política. Esse esforço pelo monopólio na esfera religiosa envolve disputas com diferentes seitas religiosas e discursos proféticos, que também aspiram a exercer influência, seja por razões semelhantes ou distintas. Essas disputas não se limitam a questões teológicas ou espirituais, mas estão profundamente enraizadas em conflitos de poder e influência no contexto social.

Os sociólogos propuseram então uma classificação que identificava os dois principais protagonistas na luta pelo monopólio do poder religioso: a Igreja e os Profetas e as suas seitas. Segundo Oliveira (2011), os agentes da Igreja são padres, representantes da religião clerical, que buscam monopolizar a esfera religiosa e atribuem seu trabalho à manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, os Profetas surgem sob certas condições sociais, trazendo consigo discursos religiosos controversos que desafiam as principais religiões que estabeleceram o seu domínio. Esta dinâmica reflete a luta pelo controle e pela legitimidade na esfera religiosa.

A visão de Bourdieu (2011) revela a vantagem significativa do padre sobre o controle e a eficácia da produção de objetos redentores, ou seja, discursos destinados a manter o *status quo* para diferentes grupos. O seu estatuto é mais estável e a sua influência e alcance são maiores do que os do Profeta. O autor esclarece que o papel do Profeta é constantemente desafiado em relação às religiões dominantes no campo, enquanto a Igreja trabalha para deslegitimar as palavras proféticas e impor as suas de forma expressiva a partir dos sacerdotes. Tal dinâmica reflete a complexa relação entre poder e legitimidade em contextos religiosos.

Bourdieu (2011) explicou que a religião sacerdotal representada por padres ou igrejas tem maior poder de ação e melhores condições para realizar o trabalho religioso² do que os profetas. Isso ocorre porque os sacerdotes possuem uma “burocracia” que trabalha a seu favor, enquanto os Profetas dependem principalmente da credibilidade pessoal e não possuem um grande capital inicial. Esta diferença em recursos e estrutura dá aos pastores uma vantagem substancial na luta pelo controle da esfera religiosa.

Embora Bourdieu (2011) não tenha analisado em profundidade a dinâmica das burocracias religiosas que sustentavam o trabalho dos sacerdotes, é crucial identificar o impacto significativo que as suas contribuições tiveram em detrimento das ações proféticas. Isto é crucial para que a igreja mantenha o seu domínio na esfera religiosa, produzindo e reproduzindo discursos que beneficiam o grupo dominante com o qual mantém aliança. Isto foi dirigido principalmente ao monopólio da Igreja na esfera religiosa e à constante exploração daqueles dominados pelo grupo dominante.

² Oliveira (2011) destaca a ideia de que o trabalho religioso ocorre quando seres humanos criam e materializam práticas ou discursos que são considerados sagrados, atendendo assim à necessidade de expressão de um grupo ou classe social. Tal definição enfatiza que a religião não é apenas uma questão de crença individual, mas também envolve a produção e a objetivação de elementos considerados sagrados dentro de um contexto social específico. Estes elementos podem incluir rituais, símbolos, narrativas e conceitos que têm significados profundos e são valorizados pelo grupo ou classe social que os adota. Ao destacar a dimensão coletiva e social da religião, o autor destaca que as práticas e discursos religiosos não surgem de forma isolada, mas são moldados pelas necessidades e valores compartilhados por uma comunidade específica. Mostrando como a religião está intrinsecamente ligada à vida social e cultural das pessoas, influenciando suas identidades, relações e formas de compreender o mundo ao seu redor.

Weber (1999) argumenta que a burocracia surgiu como um resultado tardio do desenvolvimento social, pois, “quanto mais retrocedemos no processo de desenvolvimento, tanto mais típico é para as formas de dominação a ausência de burocracia e do funcionalismo, em geral” (Weber, 1999, p. 233). A burocracia, enquanto tipo ideal, é a manifestação política e administrativa do processo de legitimar a dominação racional dos dominadores sobre os dominados. A burocratização é o meio central para converter uma “ação comunitária” fundamentada em consenso em uma “ação associativa” de ordem racional.

Para Weber (1999) a burocracia representa uma forma organizacional cujas características base são a estrutura hierárquica, a divisão especializada do trabalho, a supervisão formal, a interação objetiva e a promoção baseada no desempenho. Weber enfatizou a existência de uma hierarquia de autoridade claramente definida, na qual as responsabilidades são distribuídas de acordo com a especialização e as habilidades dos membros. Além disso, as burocracias estão sujeitas a regras e regulamentos formais que orientam o comportamento e a tomada de decisões, promovendo uma forma objetiva de lidar com as relações internas. Um aspecto importante é a promoção baseada no mérito, o que significa que o avanço na carreira é determinado pela competência e pelo desempenho, e não pela preferência pessoal. Embora a burocracia seja reconhecida pela sua eficiência no tratamento de tarefas complexas, também é criticada pela sua rigidez e falta de flexibilidade, bem como pela desumanização das relações dentro da organização (Weber, 1999, p. 233-236).

Freund (2003) discute a explicação de Weber (1999) sobre a burocracia, que é exemplificada de forma típica no domínio legal. Isso se baseia em oito características fundamentais da burocracia, que, segundo o autor, são: (1) divisão do trabalho de acordo com normativas organizacionais preestabelecidas, (2) defesa institucional diante das ações dos funcionários, (3) centralização do poder por meio de uma hierarquia funcional, (4) seleção baseada na especialização para os cargos, (5) remuneração dos funcionários, (6) controle do trabalho pelos gestores, (7) critérios de promoção predefinidos e (8) distinção entre o cargo e o ocupante do cargo. Essas características

proporcionam às organizações, incluindo a burocracia religiosa, as condições necessárias para atuar na sociedade e validar seu trabalho com o objetivo de alcançar suas metas.

Com base nas reflexões de Freud (2003) sobre o conceito de burocracia de Weber (1999, p.223), podemos considerar como os sacerdotes operam no interesse da Igreja e contribuem para a manutenção da ordem social. Eles não podem modificar suas funções à vontade, pois, suas funções são predefinidas e seu treinamento é específico para suas atuações. Além disso, os sacerdotes são apoiados por uma estrutura burocrática representada por instituições religiosas, o que lhes confere credibilidade aos olhos dos leigos que procuram benefícios espirituais. Mesmo diante de erros ou inconsistências por parte dos sacerdotes, a própria burocracia dispõe de mecanismos de controle social para corrigir tais desvios.

Para Bourdieu (2011), a lógica de funcionamento da igreja enfatiza a prática do sacerdote e a natureza de sua mensagem. As ações da Igreja são descritas como o resultado de uma combinação de coerção interna e forças externas, variando o peso de cada uma no contexto histórico. A coerção interna refere-se às pressões e restrições criadas pelo funcionamento interno da burocracia da Igreja. Este domínio era fundamental para regular eficazmente o exercício do poder religioso sobre os leigos, bem como para gerir os bens e proporcionar a salvação. A burocracia eclesiástica procurou estabelecer monopólios legais sobre estas questões, o que significou a padronização da prática do sacerdócio e da informação religiosa. Bourdieu refere-se à economia carismática como um imperativo que visa confiar as atividades sacerdotais a pessoal intercambiável e qualificado, formado por meio de processos de aprendizagem específicos. Levando desta forma, à ações homogêneas e homogeneizadoras da igreja, que buscam manter sua autoridade e influência de forma consistente e uniforme.

As forças externas delineadas por Bourdieu (2011) referem-se às interações da Igreja com classes ou grupos dominantes, das quais busca concessões para formar alianças. Além disso, incluem os profetas e suas seitas, que travaram intensas disputas contra a consolidação do discurso

religioso sacerdotal como algo naturalizado. A dificuldade é que o profeta não tem burocracia para aumentar a sua credibilidade perante a comunidade, ao contrário do sacerdote, o que o coloca em desvantagem. Além disso, a Igreja tomou medidas para suprimir o Profeta, seja por meio de violência física ou simbólica, como a excomunhão, ou para incluí-lo em estruturas burocráticas religiosas, forçando-o a reconhecer a legitimidade do monopólio da Igreja e permitindo-lhe ser assimilado pelo processo de canonização.

A estrutura de uma organização burocrática facilita o alinhamento de interesses entre gestores e quem ocupa cargos e funções. Pois, as burocracias limitam a liberdade de modificar tarefas à vontade, definindo claramente as responsabilidades de cada pessoa. A padronização das atividades e o controle por meio de normas permitem que as organizações burocráticas direcionem todo o trabalho realizado pelos membros para atingir as metas definidas pelos líderes seniores ou aliados da organização.

Segundo Faria e Meneghetti (2011), Weber (1999) acreditava que a burocracia era um instrumento eficaz de poder. A principal razão pela qual isso acontece é que ao se estabelecer como uma burocracia na sociedade, seu desmantelamento torna-se muito difícil, pois deixa de ser uma questão de esforço individual e subjetivo, assumindo um caráter estruturado e racionalizado, tornando seu comportamento diante de sociedade mais credível. Além disso, as burocracias podem ser vistas como instrumentos de poder que aumentam o sigilo, o conhecimento e as intenções, ocultando certos conhecimentos e ações. A capacidade da burocracia para servir como um mecanismo eficaz de poder realça a sua relevância na relação entre a igreja e a classe dominante.

Ainda no pensamento de Faria e Meneghetti (2011), o papel das organizações burocráticas vai muito além da simples produção de riquezas e bens. Desempenham um papel fundamental na manutenção do controle social e no estabelecimento das relações de poder que em sua maioria ocorrem entre indivíduos desiguais. Estas organizações atuam como unidades governantes e exercem controle sobre os membros da sociedade. Desta forma, as organizações burocráticas desempenham um papel importante na

doutrinação ideológica, promovendo os valores e crenças que sustentam a ordem social existente. Também incentivam a obediência e a adoção de comportamentos controlados e socialmente aceitos, considerados naturais ou inevitáveis. Em suma, as organizações burocráticas configuram-se como estruturas de controle e poder que garantem a manutenção da ordem social, reproduzem relações de poder desiguais e contribuem para a estabilidade do sistema social em que estão inseridas.

Para Bourdieu (2011), a evolução das seitas proféticas em estruturas burocráticas levou à formação de igrejas com características organizacionais claras. Esta transformação foi produto da institucionalização e burocratização das seitas, o que levou à adesão de características típicas das burocracias, como demarcação clara de mandatos, hierarquização de funções, normas de promoção e carreira, codificação de regras profissionais e pessoais, racionalização dos métodos de trabalho (incluindo doutrina e liturgia), bem como ênfase na formação profissional dos membros.

Esta Igreja burocrática contrastava fortemente com a seita original, que era mais espontânea e não tinha estrutura rígida. E também se compara esta burocracia institucionalizada às organizações comuns, enfatizando a sua oposição à ações não convencionais que desafiam a ordem estabelecida. Esta mudança reflete não só a natureza mutável das seitas, mas também as consequências da institucionalização e burocratização do *modus operandi* da organização e da relação com a sociedade. Com base na dinâmica das burocracias religiosas, é viável refletir sobre como as burocracias contribuem para a manutenção do poder da Igreja nos contextos religiosos. Isto ocorreu apesar das objeções do Profeta, que acreditava que esta estrutura era inerentemente errada e buscou o apoio da comunidade no combate à produção de itens redentores que mantinham a ordem estabelecida.

Considerações finais

A convergência entre a burocracia como controle e poder sobre a atuação das instituições religiosas discutida por Bourdieu (2011), demonstra como esses elementos estão interligados, já que compartilham características semelhantes, mesmo que a burocracia seja vista como uma ferramenta e,

portanto, um meio de controle e poder, enquanto a religião a utiliza como um meio de alcançar seus objetivos, que também incluem controle e poder. Tais objetivos podem ser tanto para/ou por uma classe dominante, quanto para a monopolização do campo religioso. Considerando a dinâmica das instituições burocráticas religiosas é possível pensar em como a burocracia serve como aporte à manutenção do poder da Igreja no campo religioso, em detrimento do antagonismo do profeta que considera tal estrutura estruturante sempre como errônea, e busca a partir dos povos o apoio necessário para a efetiva contestação da produção de bens de salvação que propiciem a conservação da ordem estabelecida.

É evidente que as instituições burocráticas religiosas exercem poder e controle para manter certos grupos ou classes na condição de explorados e discriminados, resultando em uma clara desigualdade, frequentemente relacionada à condição de trabalho dos indivíduos pertencentes a esses grupos ou classes. Isso é feito com o objetivo de conservar o poder político que beneficia a Igreja e permite a contínua monopolização de seu campo religioso. Vivenciamos uma sociedade na qual as organizações contribuem para um cenário degradante em termos de dignidade humana, por meio da exploração da força de trabalho e suas consequências políticas, culturais e sociais, é crucial adotar uma postura que conteste tal configuração social.

É plausível compreender que as teologias progressistas e pluralistas, como concepções religiosas de mundo que se opõem à desigualdade, exploração e discriminação social, reivindicam seu espaço na sociedade. Essas teologias podem ser um componente significativo na luta contra a desumanização provocada pelo capitalismo e pelas organizações que o sustentam, incluindo as religiões sacerdotais. Pode-se, de fato, considerar essas teologias progressistas e pluralistas como as seitas e os teólogos que as promovem como os profetas na classificação feita por Bourdieu. Embora não disponham do mesmo aparato burocrático das instituições religiosas estabelecidas, as teologias progressistas e pluralistas têm uma proposta emancipadora intrínseca, centrada na busca pela dignidade humana e na emancipação dos povos. Elas representam uma voz contestadora e uma

alternativa aos sistemas religiosos dominantes, oferecendo uma visão mais inclusiva, justa e igualitária da fé e da prática religiosa.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FARIA, José H. de; MENEGHETTI, Francis K. *Burocracia como organização, poder e controle*. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 51, n. 5, 2011.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: Feuerbach - A oposição entre as concepções materialista e idealista*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

OLIVEIRA, Pedro A. R. de. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Trabalho submetido em 31/10/2024.

Aceito em 24/12/2024.

Clóvis Ecco

Doutor em Ciências da Religião pela PUC Goiás (2013), graduação em Teologia pelo Instituto Missionário de Teologia (1994) e graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1990). É também especialista em Psicopedagogia pela PUC-RS (1992). Atualmente é Professor Titular Associado da PUC Goiás. Atua como avaliador institucional da Educação Superior pelo INEP. É autor de diversos artigos e livros. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6922-4665>. E-mails: clovisecco@uol.com.br; clovis@pucgoias.edu.br

Laura Beatriz Alves de Oliveira

Doutoranda (2023) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2022) Pós- Graduada em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá (2019). Arquiteta Urbanista (2018) pela Universidade Paulista. É Licenciada em História também pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2022). Possui cursos na área de Arquitetura e Urbanismo e História da Arte. Investiga temas relacionados as áreas de História e História da Arte com ênfase no século XV. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7005-6398>. E-mail: laura_oliveirabv@hotmail.com